

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRICA: MEMÓRIA E IDENTIDADE A PARTIR DO CASO DE PORANGATU

Max Lanio Martins Pina

Mestrando em História, PUC-Goiás, docente UEG
maxilanio@yahoo.com.br

Maria Juliana de Freitas Almeida

Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades, TECCER-UEG, docente UEG
mariajulianafa@gmail.com

RESUMO: O presente texto tem por objetivo discutir o que torna um bem importante para uma comunidade e como ele se transforma em patrimônio cultural. Também reflete como a Educação Patrimonial, orientada pela Educação Histórica, contribui para torná-lo significativo, pois acredita-se que é somente por meio da educação e do conhecimento que será possível a identificação da sociedade com o mesmo, sendo este o mais eficiente mecanismo para a sua preservação. Ainda quantifica e analisa, a partir do caso de Porangatu e por meio de uma pesquisa empírica junto aos acadêmicos do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Porangatu, o grau de identificação dos mesmos com os bens culturais locais.

Palavras-chaves: Educação Patrimonial. Educação Histórica. Porangatu.

ABSTRACT: This paper aims to discuss what makes an important asset for a community and how it turns into cultural heritage. It also reflects how the Heritage Education, guided by History Education helps to make it meaningful, because it believes that it is only through education and knowledge that will enable the identification of society with the same, which is the most efficient mechanism for its preservation. Still quantifies and analyzes from the case Porangatu through an empirical research with undergraduation students of History from the State University of Goiás (UEG), Unity University Porangatu the degree of their identification with the cultural sites.

Keywords: Heritage Education. History Education. Porangatu.

O presente artigo pretende compreender as questões relativas ao patrimônio cultural material de Porangatu, observando a legislação preservacionista e a relação da população com o local, para assim, contribuir nas discussões que visem minimizar as ações que destroem o

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

patrimônio edificado e cotejar como a Educação Patrimonial, orientada pela Educação Histórica contribui para a preservação de bens culturais.

PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O termo patrimônio, conforme o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2008), significa o conjunto de bens de uma pessoa, ou seja, aquilo que uma pessoa possui e que como tal pode ser transferido, repassado por herança,

[...] um conjunto transmitido de geração a geração e que, portanto, confere àqueles que o repassam e àqueles que o recebem um elo de continuidade, pertencimento e identidade. (SALVADORI, 2008, p. 11).

O patrimônio, basicamente, deve conter uma noção de valor. O que determina o reconhecimento de um bem como patrimônio e sua proteção, é o valor cultural que o bem representa. Maria Cecília Londres Fonseca (2005) considera que é a noção de valor que leva a constituição de um patrimônio, ou seja, o valor que a nação ou a comunidade atribui a um determinado bem é o que deve propiciar que o mesmo seja considerado um patrimônio ou não.

A política de preservação daquilo que era considerado um patrimônio brasileiro iniciou ainda na década de 1930, associada à ideia de patrimônio de “pedra e cal”, construções e monumentos, ligada à preservação da memória da elite, enquanto grande parte da população não era incluída no processo, pois normalmente os seus espaços não eram tidos como representativos. Como exemplo pode-se citar o caso de Porangatu, antigo Descoberto, que tem feito esforços para preservar a Igreja Matriz Velha e o Casarão, locais de onde emanavam todas as decisões políticas e econômicas, enquanto as moradias dos comuns permanecem em pé por pura teimosia, desafiando as leis do tempo e da gravidade.

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Historicamente, no Brasil, e também em outras partes do mundo, as políticas de preservação do patrimônio apresentam um caráter laudatório, centrado em personagens considerados singulares – os grandes vultos - e em episódios “memoráveis” da história da nação. (SALVADORI, 2008, p. 10).

Quando se fala em patrimônio é comum a associação direta a monumentos e edifícios antigos, pois para o senso comum o patrimônio histórico constitui-se dos “prédios, monumentos e outras edificações de notável valor histórico-arquitetônico, que, pelo seu caráter de excepcionalidade, devem ser preservados” (ORÍÁ, 2004, p. 131), isso acontece/aconteceu devido à primeira legislação patrimonial brasileira, de 1937, que traz em seu conceito de patrimônio a necessidade do bem, a ser preservado, ser ligado aos fatos memoráveis ou pela sua excepcionalidade. Essa legislação acabou por influenciar as políticas de preservação brasileiras, nos Estados e Municípios, priorizando o patrimônio edificado e arquitetônico, em detrimento de outros bens, que não tinham nada de excepcional, o que explica a constante lembrança de alguns através de “ações que levaram estes e outros personagens a serem perpetuados em estátuas, monumentos, nomes de logradouros públicos” (SALVADORI, 2008, p. 11), enquanto vários outros foram esquecidos. Foram preservadas as grandes fazendas, igrejas, casarios, fortes militares, mas pouco se preservou das senzalas, dos terreiros, dos casebres dos homens comuns e dos quilombos.

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos, que através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. (...) esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. (FONSECA, 2005, p. 21).

A escolha entre os bens, daqueles que merecem ser preservados e os que devem ser engolidos pelo esquecimento, pelo passar do tempo, foi com vistas a “forjar uma identidade

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

nacional única para o país, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico-cultural de nossa formação histórica” (ORIÁ, 2004, p. 131).

Na atualidade, com a maior participação das classes populares na economia, na cultura, na política e em todos os setores da vida, as reivindicações de grupos organizados em torno de uma maior participação política e por igualdade de direitos para as minorias, há uma gradual substituição do termo “patrimônio histórico e artístico” por “patrimônio cultural”. A substituição da terminologia permite que se saia da influência exclusiva do patrimônio edificado para um conjunto maior de bens culturais, e a participação cada vez maior de entidades e associações de classe tem promovido maiores reflexões sobre o que e para que preservar.

O “patrimônio cultural” é constituído por “bens culturais”, que por sua vez é toda a produção humana, podendo ser material ou intelectual, independente da origem, da forma, da natureza, mas que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo (GODOY, *apud* ORIÁ, 2004, p. 132), portanto abre-se ao infinito os bens que devem ser preservados, uma vez que não se propõe mais a legitimação da memória única, e do passado homogêneo, mas ao contrário assume assim as contradições e as diferenças como parte constituinte de nossa memória e da nossa identidade nacional. O patrimônio cultural é composto pelo histórico, o ecológico, o artístico e o científico, conforme Oriá

O patrimônio cultural de uma dada sociedade é formado por um tripé indissociável em que contemplam as seguintes dimensões: a dimensão natural ou ecológica, a dimensão histórico-artística e a dimensão documental. Neste sentido, o próprio meio ambiente, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, as obras, os objetos, os documentos, as edificações, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as formas de expressão e até mesmo os modos de criar, fazer e viver são bens culturais de uma sociedade, e por isso, devem ser preservados. (2004, p. 133).

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Mesmo o que entende-se atualmente por patrimônio histórico extrapola o patrimônio edificado, englobando também o documental, arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, oral, visual, museológico e demais bens que confirmam a História de uma sociedade (ORÍÁ, 2004, p. 133), possibilitando assim conhecer essa sociedade por suas diferenças e peculiaridades, tensões e contradições, uma memória plural, na qual se inserem os diferentes grupos e não apenas a memória dos vencedores. É, por isso, necessário preservar também a memória do homem comum, dos mitos, os locais de trabalho de todos os segmentos sociais, para que assim haja uma ideia da preservação do bem pelo valor que expressa em um grupo social, em uma comunidade, para uma cidade, atribuindo-lhe um valor que ultrapassa o valor do bem em si mesmo, mas que adquire um valor por sua representação:

Assim, um patrimônio se constitui pela valoração, material e/ou simbólica, dada a um bem ou a um conjunto de bens que se deixa como herança. [...] os monumentos, portanto, têm uma função educativa. (SALVADORI, 2008, p. 11-12).

Quando essas questões não são observadas no ato da escolha do bem, ou que esta se dá pela vontade de um grupo, que se diz ou se pensa como representante legítimo da vontade do povo, aquele bem não expressa um valor para um grande número de pessoas, sendo por isso negligenciado. Mas ainda pior, quando os bens estão desabando sem nem ao menos terem sido questionados como partes de uma história. Cada casa que é levada ou transformada ao longo do tempo é a memória de um grupo que se perde, é amnésia social que se impõe, são os esquecidos que continuarão esquecidos, os privados de sua memória, impossibilitados de serem reconhecidos, e se reconhecerem como sujeitos históricos, obrigados a viver no que Erick Hobsbawn (1995) *apud* Oriá (2004) chama de um presente contínuo, pois não existem mais os elos que os ligam a um passado remoto, porque quando afastados de sua memória, enquanto grupo, são privados de sua identidade e cidadania plena. A memória é o elemento indispensável à identidade, e a construção desta identidade está associada às suas experiências vividas,

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. (HOBSBAWM *apud* ORIÁ, 2004, p. 145).

Com base no exposto, fica claro que somente através da memória (e sua preservação) os indivíduos terão uma identidade como grupo social, que se os mesmos forem privados de sua identidade, eles também serão privados de sua cidadania

considerar a preservação do patrimônio histórico como uma questão de cidadania implica reconhecer que, como cidadãos temos o direito à memória, mas também o dever de contribuir com a manutenção desse rico e valioso acervo cultural de nosso país (ORIÁ, 2004, p. 140).

Do que adianta a existência de um bairro histórico, quando este não é visto por numerosa parcela da população como parte constituinte dela mesma? Quando a geografia da cidade não permite que os bens culturais liguem o passado ao presente e ao futuro? A existência de um ou outro prédio histórico são insuficientes para que haja a vinculação a um passado comum, para que sejam gerados os mecanismos de identificação necessários que garantam a preservação não apenas do bem cultural, mas da memória comum a toda comunidade, fazendo perceber uma origem comum que une todos indistintamente da etnia ou classe social, mas que agrega todas as diferenças.

É necessário que sejam pensadas políticas educativas no sentido de educar para a memória, é impossível pensar em valorização do patrimônio, sem pensar na atuação das instituições escolares

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Por admitirmos o papel fundamental da instituição escolar no exercício e formação da cidadania de nossas crianças, jovens e adolescentes, é que defendemos a necessidade de que a temática do patrimônio histórico seja apropriada como objeto de estudo no processo ensino-aprendizagem. (ORÍÁ, 2004, p. 140).

É imprescindível que haja nas escolas a elaboração de programas de educação patrimonial, que consolide uma prática que busque a utilização dos suportes da memória (museus, sítios históricos, bibliotecas, arquivos e outros) no processo educativo, com vistas a promover a sensibilização e a consciência da necessidade de preservação, levando os participantes e se enxergarem como integrantes de uma comunidade muito maior que seu grupo de origem, que ultrapassa os limites da sua rua, seu bairro e seu presente.

Sobre educação patrimonial podemos afirmar que

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária e de conhecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento**, **apropriação** e **valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6, grifos dos autores).

A educação patrimonial deve acontecer de forma contínua e sistematizada, para evitar que o patrimônio cultural seja enxergado pelo prisma do folclórico ou do exótico. Quando as tentativas no sentido de uma educação patrimonial adquirem o caráter de algo extraordinário, que ocorre em momentos específicos, como datas comemorativas, a mesma perde seu caráter de educar para a diferença e a diversidade, aumentando ainda mais a distância e os preconceitos existentes contra locais de memória e claro, contra os residentes. Somente o conhecimento é que leva a preservação efetiva dos bens, criando as condições necessárias para a preservação

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

sustentável destes mesmos bens a começar do fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, que possibilitam uma leitura do mundo que o rodeia compreendendo a cultura brasileira a partir de sua multiplicidade e pluralidade

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 8).

É através da Educação Patrimonial que os jovens adquirem as informações necessárias a respeito dos bens culturais para que ocorra de forma indireta a sua conservação/preservação, todavia não existe uma disciplina escolar específica que possa promover essa aprendizagem, já que a temática é considerada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) parte dos temas transversais da educação (ORIÁ, 2004). Entretanto, a História é a área curricular disciplinar para a cidadania que se aproxima da Educação Patrimonial. Portanto, optou-se por relacioná-la com a Educação Histórica porque de acordo com Nascimento (2011) e Pinto (2009), esta visa a utilização de fontes primárias e patrimoniais como evidência do passado para um melhor proveito do ensino/aprendizagem.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ORIENTADA PELA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

Um novo campo de investigação tem se destacado nestes últimos anos no que compete ao ensino/aprendizagem de História que pode acontecer tanto no contexto escolar ou fora dele, essa nova perspectiva de estudo é conhecida como Educação Histórica. As pesquisas realizadas nessa linha de investigação têm se desenvolvido nos países como Portugal, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos e também no Brasil. Tais pesquisas estão ancoradas

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

na necessidade de conhecimento sistemático sobre as ideias históricas dos alunos para que as intervenções didáticas realizadas no processo de ensino possam ser mais adequadas e efetivas, tendo como referência principal a epistemologia da História. (SCHMIDT e GARCIA, s/p, 2006).

Os estudos em Educação Histórica possibilitam indagações que buscam entender os sentidos que os alunos e professores atribuem a determinados conceitos históricos. Compreender como os escolares/indivíduos processam de forma cognitiva os conceitos e as categorias em História, abre caminhos para uma melhor aplicação pelo professor da disciplina de História dentro e fora da sala de aula.

A “educação histórica apreende explicações para responder as problematizações do ensino de história inerentes ao contexto escolar e social do jovem e também do adulto.” (SILVA, 2011, p. 202). Todavia, essa linha de pesquisa apresenta possibilidades de observações no campo do ensino da história nas escolas e fora delas, permitindo conhecer a aprendizagem dos indivíduos e, ainda, cooperando com novas metodologias/estratégias de ensino.

Silva (2011) enfatiza que por intermédio da Educação Histórica existem possibilidades de se chegar a novos métodos de ensino para que a aprendizagem se torne prazerosa para os jovens. Este tem sido o desafio dos professores do Ensino Fundamental e Médio no Brasil, tornar as aulas de História um momento onde o aluno deseja estar.

Apesar do fato de que a Educação Histórica ter surgido no Reino Unido, por causa da necessidade de se descobrir como os alunos pensavam historicamente, para fomentar a escolha dos mesmo pela disciplina de História e não outra, no Brasil quando essa linha de investigação chega, vem acompanhada da discussões que ocorreram na Alemanha em torno daquilo que a Didática da História chama de consciência histórica, para além do ambiente escolar.

Jörn Rüsen (2001) afirma que, é só a partir do momento que se entende que a História é uma ciência, porque ela é necessária, é que se adquire o que ele chama de consciência histórica.

Na sua conceituação:

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

[...] A consciência histórica [é um] fenômeno do mundo vital, ou seja, [...] uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. (RÜSEN, 2001, p.57).

Para Rüsen (2001) o passado seria utilizado de forma com que o indivíduo possa se orientar intencionalmente no tempo, isto é, ter uma consciência histórica não é meramente conhecer eventos dentro de um contexto ou processo histórico analisado, mas compreender que esse conhecimento decorre do emprego de operações mentais, com certo grau de sistematização, que têm como utilização a recuperação de um passado individual ou coletivo com o objetivo de resolver problemas de orientação no presente e construir identidade.

Porém, como elemento inerente à condição humana, pode-se compreender que todos os seres humanos possuem consciência histórica, pois dela se utilizam com o fito de tomar decisões práticas por meio da interpretação de sua própria experiência, individual e coletiva, no tempo.

Nesse sentido, a consciência histórica é decorrência do pensamento histórico, pois a dinâmica da vida que requer a satisfação de carências de todo tipo, mobiliza os seres humanos a confrontarem-se cognitivamente e praticamente consigo mesmos e com o mundo no qual estão inseridos. Todos, de alguma forma, pensam historicamente e aplicam esse pensamento na vida prática com o fim de compreender o sentido de suas vidas e dotar a sua ação temporal de sentido. (ALVES, 2011, p. 35-36).

Para Rüsen (2006) a consciência histórica é uma categoria que não faz relação só com o ensino/aprendizagem de História, mas tem a capacidade de cobrir todas as formas de pensamento histórico, pois é por meio dela que o passado é experienciado e interpretado como história.

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

[...] a consciência histórica não pode ser meramente equacionada como simples conhecimento do passado. A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro [...], a consciência histórica pode ser analisada como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana. (RÜSEN, p. 14, 2006).

A consciência histórica exerce um papel importante nas operações mentais que são responsáveis pelas intervenções que são encarregadas de formar a identidade humana, capacitando os seres através da comunicação entre si para preservarem uns aos outros (RÜSEN, 2006).

Aqui é necessário reformular ideias sobre consciência histórica como sendo um fator básico na formação da identidade humana relacionando estes conceitos com o processo educacional, que também é básico para o desenvolvimento humano. (RÜSEN, p. 16, 2006).

Pode-se dizer que é por meio do conhecimento histórico que a humanidade se perpetua, pois consegue formular e reformular sua identidade na História com a ajuda do processo educacional: “O aprendizado histórico é uma das dimensões e manifestações da consciência histórica.” (RÜSEN, p. 16, 2006). Nesse caso, descreve-se a consciência histórica “como o significado da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro” (RÜSEN, p. 168, 2009).

Todavia, incluímos as discussões sobre o patrimônio dentro da articulação das três dimensões temporais (passado, presente e futuro), já que existe uma construção discursiva em torno daquilo que deva ser tombado, pois o ato de tombamento é realizado no presente, visando sacralizar os bens do passado para sua perpetuação no futuro (SANTOS, 2012).

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Para Pinto (2009) a Educação Histórica deve proporcionar o conhecimento da realidade em que se vive para situar o indivíduo conscientemente no mundo, e ao mesmo tempo levá-lo a conhecer criticamente a herança pessoal e coletiva. Essa consciência o estimularia a valorização do patrimônio histórico, que aqui é entendido como todo vestígio do passado que faz parte da vida cotidiana de cada comunidade.

O patrimônio local, como fonte primária, pode ser utilizado como uma faceta pedagógica, também científica, e revela-se motivador para os alunos porque permite a eles realizarem atividades que lhe dizem respeito, assim como a possibilidade para fazer uma correlação com o passado do qual reconhecem seus vestígios.

Tudo isto permite o envolvimento dos alunos na construção do seu próprio saber, a partir dos seus interesses e motivações, desenvolvendo competências analíticas na abordagem das evidências patrimoniais. (PINTO, 2009, p. 275).

A representação do tempo histórico é melhor apreendida por escolares em situação de contato direto com os vestígios do passado. Neste contexto, como já havia sido afirmado anteriormente, podem contribuir para auxiliar nessa consciência histórica o patrimônio histórico, os museus locais e os sítios arqueológicos. Com uma boa articulação dessas ferramentas pode-se imprimir nos indivíduos uma necessidade de preservação/conservação do patrimônio que, às vezes, a legislação não conseguiria por si só despertar.

O CASO DE PORANGATU

No caso de Porangatu, a Lei 590/84, de 18 de abril de 1984 “Declara patrimônio histórico do município de Porangatu a Cidade Velha ou Descoberto”, e também delimita essa área em seu artigo 5º, Praça da Matriz e Praça Santa Terezinha, Rua Dunga, Rua Pedro Ludovico e

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

adjacências, Avenida Floriano Peixoto até o Morro da Favela, Avenida Tiradentes até a Cadeia Pública, Rua Ceará desde a Praça Santa Terezinha até a Rua Cel. Antônio Martins.

A legislação prevê o tombamento para fins de preservação da memória toda a Cidade Velha ou Descoberto (art. 1º) e determina ainda que qualquer mudança ou alteração, que venha modificar o estilo arquitetônico da fachada, está terminantemente proibida (art. 2º), como também a demolição dos prédios já existentes e caso haja a construção de outros edifícios, estes deverão estar em harmonia com o estilo arquitetônico predominante (art. 3º).

O tombamento, ou seja, lançar no livro de Tombo, que pode acontecer nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal, deveria significar na prática a adoção de uma série de medidas legais que garantissem a preservação dos bens culturais, contra sua modificação ou destruição. Não é a situação de Porangatu, pois pode-se notar as várias modificações arquitetônicas realizadas pelo poder público e também pela comunidade local que não levaram em consideração a lei de tombamento.

Uma das confusões mais comuns diz respeito à propriedade do bem tombado, uma vez que o tombamento não desapropria e por isso não prevê indenização ao seu proprietário, mas impõe regras e limites para a sua utilização. O tombamento, por si só não consegue preservar o bem, pois este não se faz acompanhar de medidas de fiscalização ou previsão de recursos para a manutenção do mesmo, por isso são necessárias outras ações, como incentivos fiscais e a Educação Patrimonial. Em Porangatu, a criação da lei de tombamento não foi acompanhada de sua regulamentação, o que a tornou sem efeitos práticos, passando a existir como letra morta, e não como um instrumento a favor da preservação dos bens culturais existentes na cidade.

Somente se justifica o tombamento a partir da apropriação do bem pela comunidade. É necessário que a comunidade identifique-se com o mesmo, que lhe destine um lugar de importância, de reconhecimento, não enxergue a localidade como um amontoado de ruínas, mas perceba a importância histórica, que tenha o sentimento de identificação de pertencimento a uma comunidade. Pois conforme Pierre Nora os bens patrimoniais conseguem tornar mais próximo o

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

que está afastado no tempo e no espaço, através da preservação patrimonial estabelecem-se os “lugares de memória” (NORA, 1993, *apud* SANTOS, 2012, p. 193).

O perceptível é que a população residente, desatendida pelos órgãos que deveriam zelar pela preservação dos bens, vem promovendo obras em suas residências localizadas dentro do perímetro do “Patrimônio Histórico de Porangatu” e nem sempre conseguem conciliar melhorias significativas às suas moradias conforme o previsto na lei, ocasionando a descaracterização do conjunto arquitetônico local. O poder público também executou obras que contribuíram para apagar parte da memória local, é o caso da Porantécnica, escola tradicional que está intrinsecamente ligada à história de parte da população local, a qual teve, no início do século XXI, suas antigas e históricas instalações demolidas para dar lugar a um prédio novo, frio e impessoal, que dificilmente sustenta as ligações afetivas daqueles que tiveram a sua história de vida ligada à história do antigo prédio, não sendo mais identificado como um “lugar de memória”.

Para que se possa compreender melhor, é necessário uma volta à história da ocupação de Porangatu, a qual ocorreu em sucessivas levas por grupos de origem, objetivos e motivações diferentes. Porangatu é uma cidade que, como várias outras em Goiás, teve sua origem durante a busca pelo ouro, conforme Jacinta de Fátima Rolim Sampaio esta região desde o século XVIII já contava com uma população pouco numerosa, que vivia em torno da mineração que possuía uma produção baixa. Portanto, o seu esgotamento fez surgir a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva (SAMPAIO, 2003, p. 42).

Ainda, conforme Sampaio (2003) foram decisivos para a ocupação da região dois fatos ocorridos já no século XX, o primeiro deles foi a instituição da Colônia Agrícola Nacional (CANG), localizada em Ceres. Com a criação da CANG lavradores pobres de várias regiões brasileiras dirigiram-se para a colônia na esperança de receberem uma gleba de terra, aqueles que não conseguiram se estabelecer na colônia ou nas suas imediações com a intenção de ocupar terras devolutas, chegando assim à região de Porangatu. No final dos anos de 1940 um grande número

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

de migrantes vindos da Bahia, Piauí, Maranhão, Paraíba, e outros, ocuparam as terras porangatuenses como posseiros (SAMPAIO, 2003, p. 42-43).

Outro momento importante para a ocupação da região foi a construção da rodovia Belém-Brasília e da nova capital federal no Centro-Oeste, na década de 1950 com o governo de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas. Tais empreendimentos fomentaram a busca de trabalho e a exploração das terras adjacentes à nova rodovia, pois passou a atrair grandes contingentes populacionais de diversas partes do Brasil, mais especificamente do Centro-Sul, alterando de forma substancial a sociedade e a economia da região e também da posse das terras (SAMPAIO, 2003, 50-58).

Nos anos 1970/1980, com a posse das terras já consolidada, a região abre-se para uma nova onda migratória impulsionada pela grande quantidade de terras, pela qualidade das mesmas e pelos baixos preços praticados. A partir daí a região passa a receber grandes plantadores de arroz, migrantes oriundos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, e do sul do país, além de fazendeiros de outras regiões do Estado de Goiás, que veem a oportunidade de aumentar o seu capital.

Facilmente perceptíveis, essas diferentes fases da ocupação local refletem na própria geografia e arquitetura da cidade, sendo detectados esses momentos nos prédios e ruas da cidade, como em torno da Praça da Matriz o núcleo original do Descoberto, que dá origem a Porangatu. A igreja, e algumas casas ainda existentes denotam características do século XIX, a Rua Floriano Peixoto e adjacências já apresenta um conjunto arquitetônico característico dos anos 40/50, em estilo *art décor*, influenciados pela construção de Goiânia.

A construção da rodovia Belém-Brasília, muda os rumos da ocupação, que agora ocupa a área mais alta, seguindo o traçado da rodovia, hoje conhecida como Avenida Federal, e finalmente a o entorno da Lagoa Grande, que foi ocupada pelos fazendeiros, médicos, dentistas e demais profissionais liberais, em sua maioria enriquecidos nas últimas décadas do século XX. Neste contexto, nota-se uma nítida hierarquização espacial e simbólica da cidade em torno da Lagoa

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Grande e das construções que estão sempre em evidências devido elas serem locais utilizados com frequência para realização de eventos culturais, portanto, Porangatu vira as costas para o seu patrimônio histórico que aqui é apresentado como Cidade Velha ou Descoberto.

RESULTADO DA PESQUISA

Em uma tentativa de se quantificar o nível de lembrança e identificação da população com seu patrimônio, e com a cidade de forma geral, foram escolhidos alguns bens que compõem a paisagem urbana e a vida social e cultural da população. Os bens escolhidos tiveram sua origem, nos diferentes períodos antes apontados, não obedecendo uma sistematização cronológica em sua apresentação aos entrevistados. O público alvo escolhido foram os acadêmicos do curso de Licenciatura em História, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Porangatu, regularmente matriculados, sendo a pesquisa realizada no mês de abril de 2013. A escolha desse público foi pautada na grande diversidade existente entre os acadêmicos, residentes em Porangatu ou que se deslocam das cidades circunvizinhas para estudarem na cidade.

A pesquisa ora apresentada é qualitativa, e foi realizada através de questionário aplicado pelos autores entregue aos alunos em sala de aula. O instrumental da pesquisa possuía uma lista de bens conforme descrito acima. Aos acadêmicos que moram em Porangatu foi solicitado que eles enumerassem 1 para desconheço, 2 para irrelevante, 3 para pouco relevante, 4 para importante e 5 para muito importante. No tocante aos alunos que moram nos municípios próximos a Porangatu, foi solicitado a eles que devessem marcar no questionário 1 para conheço e 2 para desconheço. Optou-se por apresentar o resultado da pesquisa em forma de tabela, a qual possui a mesma ordem da relação dos bens apresentado ao público da investigação.

Com base nos dados coletados pode-se refletir que os bens culturais considerados importantes, ou muito importantes, para grande parte dos entrevistados residentes em Porangatu (tabela 1) são principalmente os bens culturais ligados à história recente, especialmente a partir

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

dos anos de 1970, e também aqueles que têm grande valor nos eventos sociais e culturais promovidos pelo poder público, que os utiliza como espaços culturais, nesse caso são: Lagoa Grande, Centro Cultural, Parque de Exposições e Feira Coberta. Outros como, Igreja Matriz e Praça Ângelo Rosa, são lembrados por se localizarem em áreas centrais da cidade, próximos ao comércio ou rede bancária local. Normalmente os bens mais lembrados são aqueles ligados a um projeto de modernização da cidade e da região, situados em áreas de ocupação urbana mais recente, principalmente ligados à ideia de superação do passado vivido.

Outra observação a ser feita é quanto à Igreja Matriz Velha e ao Casarão, os quais receberam, por parte dos acadêmicos, um sentido importante para a memória, no entanto, outros bens que estão localizados na mesma região e que têm a mesma origem, como a Praça dos Milagres e a Praça Santa Terezinha, não receberam o mesmo tratamento. Acredita-se que o motivo para esta situação seja o fato que no passado eles não constituíram palcos de fatos relevantes para a história local e, no presente, não foram apropriados pelo poder público ou pela educação como lugares de memória.

Tabela 1

Resultado de pesquisa realizada com acadêmicos residentes em Porangatu

Bem Patrimonial	Desconheço	Irrelevante/ Pouco relevante	Importante/ Muito importante
Bosque da Lagoa	1	23	34
Lagoa Grande	0	3	55
Parque de Exposição Agropecuária	0	13	45
Praça Ângelo Rosa	1	19	38
Igreja da Matriz	3	11	44
Praça da Matriz Velha	1	9	48
Casarão	2	10	46
Museu Ângelo Rosa de Moura	7	11	40
Praça dos Milagres	6	18	34
Lagoinha	12	39	7

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Feira Coberta	0	15	43
Praça Santa Terezinha	11	34	13
Centro Cultural	0	7	51
Outros	0	4	8

Fonte: Dados coletados em pesquisa realizada com 58 acadêmicos do curso de Licenciatura em História da UEG, Campus Porangatu, no mês de abril/2013.

A pesquisa realizada com os acadêmicos residentes em outras localidades teve por finalidade comparar os dados da investigação com os residentes, uma vez que é prática comum o compartilhamento daquilo que se julga importante para memória local. Grande parte dos entrevistados desconhecem os bens que compõem o Patrimônio Histórico de Porangatu (conforme tabela 2), e tem como locais conhecidos aqueles mencionados como importantes ou muito importantes pelos locais ligados ao comércio ou eventos sociais.

Tabela 2

Resultado de pesquisa realizada com acadêmicos não residentes em Porangatu

Bem Patrimonial	Conheço	Desconheço
Bosque da Lagoa	19	4
Lagoa Grande	22	1
Parque de Exposição Agropecuária	21	2
Praça Ângelo Rosa	12	11
Igreja da Matriz	16	7
Praça da Matriz Velha	8	15
Casarão	12	11
Museu Ângelo Rosa de Moura	13	10
Praça dos Milagres	4	18
Lagoinha	5	17
Feira Coberta	15	8
Praça Santa Terezinha	1	22
Centro Cultural	19	4

Fonte: Dados coletados em pesquisa realizada com 23 acadêmicos do curso de Licenciatura em História da UEG, Campus Porangatu, no mês de abril/2013.

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Os dados coletados deixam claro que não existe um único bem que consiga ser representativo para toda a comunidade porangatuense, uma vez que não existe a prática da Educação Patrimonial, todavia tais informações só reforça a afirmação citada anteriormente de que na atualidade vive-se um presente constante, pois não existem os elos que possam fazer a ponte com o passado remoto da população local.

CONCLUSÃO

Como foi discorrido, nota-se que a grande maioria da população de Porangatu é oriunda de outras cidades e regiões brasileiras e que a distribuição geográfica da cidade acaba sendo um limitador ao fortalecimento dos laços de identidade, uma vez que a configuração espacial da cidade separa passado, presente e futuro, criando uma ideia de ruptura com o passado em prol da modernidade, promovendo também uma separação social, uma vez que segrega nas áreas mais antigas a população mais pobre. A falta de políticas públicas eficientes e a não incorporação da Educação Patrimonial como uma prática constante e sistemática acabam por cristalizar essa repulsa ao patrimônio local, já que muitas pessoas, pelas próprias histórias de vida, não conseguem criar e manter os vínculos de identidade, de pertencimento a uma mesma comunidade, independente da condição social ou local de residência.

Pode-se dizer que o que torna um bem importante é o nível de conhecimento e identificação existente entre o mesmo e a comunidade, somente o conhecimento é que pode tornar um determinado bem relevante, pois enquanto não existir uma prática de Educação Patrimonial, os bens existentes continuarão a ser vistos como mostra de um passado de atraso, dificuldades e tristezas que devem ser esquecidos, principalmente através do culto dos recém-criados locais de memória, associados a festas, alegria e à modernidade.

Diante do exposto, assinala-se que a constituição e reconhecimento de bens como patrimônio não é algo natural, mas sofre com as imposições, uma vez que é o poder público que

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

escolhe quais os bens e qual memória serão preservados, quais serão esquecidos, negligenciados e destruídos pelo passar dos anos.

Por isso faz-se necessário refletir sobre a efetivação de práticas de Educação Patrimonial de forma constante, para que se possa promover a apropriação de um maior número de bens e de memórias, que venham contribuir para a constituição e construção da identidade local de forma igualitária, democrática e cidadã.

Sugerimos que as práticas em Educação Patrimonial sejam orientadas pela Educação Histórica, tendo em vista que a preocupação dessa linha de investigação é a consciência histórica. Defendemos que o patrimônio tem elementos que propiciam o desenvolvimento dessa consciência que pode ser articulado pelos bens culturais. Portanto, como afirma Pinto (2009) a Educação Histórica assume um importante papel, porque pressupõe o desenvolvimento de competências para se construir uma cidadania esclarecida e participativa com capacidade de análise, de crítica e de argumentação, que são fundamentais para a preservação do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ronaldo Cardoso. *Aprender história com sentido para a vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses*. São Paulo, 2011, 322 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC-IPHAN, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes, Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. *Educação Histórica e Patrimônio Imaterial: a Lenda da Caveirinha no processo de ensino e aprendizagem histórica* (2010). In: Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História 18, 19 e 20 de abril de 2011– Florianópolis/SC. Disponível em: <<http://abeh.org/trabalhos/GT07/tcompletoevandro.pdf>>. Acesso em 24 de abr. 2013.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In; BITTENCOURT, Circe. *O saber Histórico em sala de aula*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.128 – 148.

PINTO, Maria Helena. *Evidências patrimoniais para a Educação Histórica: uma experiência educativa no Centro Histórico de Guimarães*. Currículo sem Fronteiras, v.7, n.1, pp.171-185, Jan/Jun 2007.

_____. O triângulo patrimônio-museu-escola: que relação com a Educação Histórica?. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. (Orgs.). *Aprender História: perspectivas da Educação Histórica*. Injuí: Editora da Unijuí, 2009, p. 271-3002.

PORANGATU. *Lei 590/84*, de 18 de abril de 1984. (s/p).

RÜSEN, Jörn. *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. Práxis Educativa: Ponta Grossa. v. 01, n. 02, jul./dez., 2006, p. 07-16.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica - Teoria da História: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. *História, Ensino e Patrimônio*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. *A história da resistência dos posseiros de Porangatu-GO (1940-1964)*. Goiânia, 2003, p. 128. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás.

SANTOS, Giovanna Aparecida Schittini dos. *Poder e Patrimônio Histórico: possibilidades de diálogo entre Educação Histórica e Educação Patrimonial no Ensino Médio*. EntreVer, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 188-205, jan./jun. 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga (Orgs.). Apresentação. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga (Orgs.). *Educar em Revista*. Vol. 1. Edição Especial, Dossiê: Educação Histórica. 2006.

XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS JORNADAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA

EDUCAÇÃO HISTÓRICA: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

SILVA, Maria da Conceição. Educação Histórica: perspectivas para o ensino de História em Goiás. *Sæculum - Revista de História* [24]. João Pessoa, jan./ jun., 2011, p. 197-211.

